

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADO A 31 DE JANEIRO DE 2019

ATA N.º 1

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas dez horas e
quinze minutos, no Salão Nobre dos Paços de Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu
o Conselho de Ilha, em reunião ordinária
Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros:
José Gabriel do Álamo Meneses - Presidente da Câmara Municipal de Angra do
Heroísmo;
Tibério Manuel Faria Dinis - Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória;
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros - Presidente da Assembleia Municipal de Angra
do Heroísmo;
Paulo Manuel Ávila Messias - Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória;-
Rodrigo Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues - representante da Câmara do Comércio de
Angra do Heroísmo;
Marília Margarida Enes Garcia de Vargas - representante da A.M. de Angra do
Heroísmo;
João Luís Sanchez dos Santos - representante da A.M. de Angra do Heroísmo;
Tânia Gil da Rocha Lemos - representante da A.M. de Angra do Heroísmo;
Luís Guilherme Duarte Brasil - representante da A.M. de Angra do Heroísmo;
Elmano Manuel Vieira Nunes - representante da A.M. da Praia da Vitória;
Valter Manuel Linhares Peres - representante da A.M. da Praia da Vitória;
Paulo Manuel Martins Luís - representante da A.M. da Praia da Vitória;
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - representante da A.M. da Praia da
Vitória;
Emanuel Garcia - Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;
Rómulo Ficher Correia - Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;
Nuno Miguel Aguiar Meneses - Presidente de JF, eleito entre todos os PJF da Ilha;
Miguel Sousa – representante do Governo Regional;

Ata n.º 1 Página 1 de 21

Diana da Rocha Barcelos - representante da Camara do Comercio de Angra do
Heroísmo;
José Manuel Ferreira Pimentel Dias - representante dos Sindicatos – UGT;
António Pedro Inocêncio - representante dos sindicatos — CGTP — União Sindicatos
AH;
José António Sozinho Azevedo - representante das associações agrícolas - AAIT;
Paulo Rocha – representante das associações agrícolas – Núcleo de Criadores de Raças
de Carnes;
João Canedo - representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social -
URIPSA;
Paulo Barcelos - representante das Associações Não Governamentais Ligadas à Área
do Ambiente - Montanheiros
Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho - representante da Universidade dos
Açores – Pró-Reitor;
Presença dos seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:
César Leandro Costa Toste - deputado do PSD;
Luís Miguel Forjaz Rendeiro - deputado do PSD;
Alonso Miguel - deputado do CDS-PP;
Paulo José Maio Sousa Mendes - deputado do BE;
Ausências justificadas:
Mónica Reis Simões Seidi - deputada do PSD;
Ausências não justificadas:
Paulo Rogério Pereira de Melo - representante das Associações do Setor das Pescas -
Associação Terceirense de Armadores;
Raquel Gomes Caetano Ferreira - representante das Associações de Defesa da
Igualdade de Género – Vereadora CMAH;
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira - deputada do PS;
António Gonçalves Toste Parreira - deputado do PS;
Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral - deputado do PS;

Ata n.ª 1 Página 2 de 21



Domingos Manuel Cunha - deputado do PS;
Maria isabel da Silveira Costa Rosa Quinto - deputada do PS;
Mónia Gomes de Oliveira Rocha - deputada do PS;
Artur Lima, deputado do CDS-PP;

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. ELEIÇÃO DA MESA DO CONSELHO DE ILHA PARA O ANO DE 2019
O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, informou que tinha dado entrada na
Mesa uma lista e questionou se havia mais alguma lista candidata a apresentar
O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e questionou quem integrava a lista já
apresentada e quem tinha proposto a mesma
O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, respondeu que a lista tinha sido
proposta por si e era composta pelos seguintes conselheiros:
Presidente - Paulo Manuel Ávila Messias - Presidente da Assembleia Municipal da Praia
da Vitória;
Vice-Presidente - Ricardo Manuel Rodrigues de Barros - Presidente da Assembleia
Municipal de Angra do Heroísmo;
Secretário - José António Sozinho Azevedo, representante das associações agrícolas —
AAIT;
Secretário - Rodrigo Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues - representante da Câmara do
Comércio de Angra do Heroísmo;
Não havendo mais listas propostas, procedeu-se à votação
Submetida à votação, a lista, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor e
quatro votos em branco
O Conselheiro Pimentel Dias interveio para expressar o seu lamento por as sucessivas
mesas, desde que ali está, daquele Conselho de Ilha, nunca tivessem optado pela
presença dos sindicatos nas mesmas. De seguida, solicitou que viesse indicado, na
documentação, qual era o movimento sindical que cada pessoa representava
O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, respondeu que ficava o registo e
lembrou que poderiam ter aparecido outras listas na Mesa

Ata n.3 1 Página 3 de 21

Consenient Jose Azevedo acrescentos que o que estava regido nos Estatutos do
Conselho de Ilha não era a instituição, mas sim as organizações que representavam o
setor
O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que gostaria de salientar uma coisa
que vinha acontecendo naquele Conselho de Ilha e que achava que vinha a ser útil e
que se deveria manter, isto é, a capacidade de gerar e criar consensos quando
necessário e, tendo em conta o histórico recente do órgão em causa, não seria o
momento para dividir posições e de haver uma disputa eleitoral pela Mesa do mesmo.
Acrescentou que, estando eleita a nova Mesa, desejava que a união de esforços,
conseguida no passado mais recente, se mantivesse e que continuassem todos a ser
capazes de emanar, daquele Conselho de Ilha, um conjunto de posições que
defendesse a toda a ilha
O Conselheiro Paulo Barcelos questionou o porquê de não haver um ponto, na agenda
de trabalhos, com a eleição da Mesa
O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, respondeu que tinha sido feita uma
adenda à convocatória com a eleição da Mesa
O Conselheiro Paulo Barcelos informou que não tinha recebido, devido à alteração de
associações
2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE OUTUBRO DE 2018
O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, colocou a ata à discussão
O Conselheiro Pedro Pinto interveio para reconhecer a melhoria verificada na redação
da ata
O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, respondeu que tentavam sempre
corrigir de forma a ir melhorando
Submetida à votação, a ata, foi aprovada por maioria com oito abstenções
3.TRANSPORTES AÉREOS - OPERAÇÃO TAP PARA OS AÇORES - PERNOITA DE AVIÃO
NA ILHA TERCEIRA
IVA ILHA TERCEIRA.
O Presidente da Mesa, Senhor Paulo Messias, apresentou o documento.

Ata n.ª 1 Página 4 de 21



pernoitava na ilha Terceira com avião nenhum e cada vez servia pior esta, pelo que, provavelmente, se justificava a vinda àquele Conselho, do presidente do conselho de administração, da referida empresa, para pedir desculpa. -----------------------O Deputado Pedro Pinto usou da palavra e disse que quem deveria prestar um melhor serviço aos açorianos deveria ser a SATA, isto é, esta é que deveria ser o padrão de serviço, mas infelizmente, para os açorianos o padrão de serviço era a TAP. Relativamente à pernoita do avião, disse que se compreendia que, do ponto de vista da gestão de uma empresa, esta tivesse que fazer contas e, portanto, se não se justificava, não ia ter aquela despesa, até porque não tinha a obrigação de serviço público, pois essa tinha deixado de existir, para as ilhas de São Miguel e Terceira, com a liberalização do espaço aéreo, deixando, assim de existir um mecanismo legal para se controlar as frequências e os horários de voos para as referidas ilhas. Acrescentou que, era legítimo, da parte do Conselho de Ilha, tentar junto da TAP que esta voltasse a ter o seu voo a pernoitar na Terceira, sendo certo que também se deveriam prenunciar junto da SATA, para que esta prestasse um serviço de qualidade à ilha Terceira. -------O Conselheiro Paulo Luís interveio e disse que não se deveriam esquecer que a TAP não voava com os casos especiais, como por exemplo, casos relacionados com a saúde, pelo que o voo em causa apenas servia quem queria ir e voltar a Lisboa no mesmo dia, mas para os casos mesmo importantes que a ilha Terceira precisava, não ia acrescentar nada. Acrescentou que, havia um problema muito mais abrangente, ou seja, a posição da SATA Azores Airlines e da SATA Air Açores, face à Ilha Terceira. Disse achar que fazia todo o sentido, terem uma posição e a presença de alguém da SATA para prestar alguns esclarecimentos.-----O Conselheiro Rodrigo Rodrigues usou da palavra e disse que a pernoita da TAP era uma coisa positiva, que podiam sempre tentar fazer alguma pressão junto da mesma, mas achava que se deveriam preocupar, relativamente ao transporte aéreo, com questões muito mais abrangentes do que aquela em discussão, até porque isso já estava garantido para o verão. Acrescentou que, aquela questão era muito mais positiva para a Terceira e para a economia desta, pela vantagem que trazia ao turismo que visitava a ilha e enquanto continuassem a pensar no transporte aéreo, única e exclusivamente para aquilo que os residentes da Terceira precisavam, nunca mais cresciam, do ponto de vista do turismo. Em relação à SATA, disse que tinham que

Ata n.≥ 1 Página 5 de 21

começar a emanar, do Conselho de Ilha, algumas propostas de soluções para aqueles problemas, saindo da disputa político-partidária. Disse que tinham outros problemas, relacionados com as ligações, ou com a falta delas, diretas à Terceira e deu como exemplo a ligação com Madrid que tinha deixado de existir e informou que a Câmara de Comércio estava muito mais preocupada em encontrar uma solução alternativa para o próximo inverno. Disse que, a proposta da Câmara de Comércio, junto do Governo Regional, era para que se criasse uma ligação direta do Canadá e uma da Alemanha, pois estes eram dois mercados consolidados para os Açores e aí sim tinham grande capacidade para absorver aqueles turistas de inverno. Acrescentou que, existia por parte da TAP, a intenção de constituir um hub, entre a América do Norte e a Europa, nos Açores, tendo sido sempre assumido por todos que seria em Ponta Delgada, mas achava que ainda poderiam ter uma palavra a dizer, caso todas as forças vivas da Terceira assim o entendessem. Concluiu dizendo que, quando quisessem falar de transporte aéreo, vissem o assunto como sendo um fator muito sério, se quisessem olhar para o turismo como um desenvolvimento económico da ilha Terceira.-------O Conselheiro Luís Brasil interveio e disse que se congratulava com o facto de a Câmara ter dado o pontapé de saída em relação à TAP, mas era óbvio que tinham que falar de mais coisas que estavam ligadas à questão do transporte aéreo. Relativamente à pernoita em causa, informou que não tinha conseguido descobrir números e factos concretos sobre a vantagem económica, ou até financeira, do avião pernoitar ou não, o que era certo era que tinha sempre uma vantagem adjacente que era a vantagem do horário e das escalas, em que tempo eram feitas e a utilidade que tinha em dois sentidos, isto é, a mobilidade a que a população local tinha direito e a vertente económica, que estava muito mais ligada ao turismo, mas também estava ligada ao transporte, por exemplo o correio e alguma pequena carga aérea. De seguida, disse que a questão fundamental era a TAP ser uma empresa privada, pelo que tinham que ser inteligentes a negociar com esta, ou seja, não podiam negociar nos mesmos moldes, tocar no mesmo nível de exigência do que com a SATA, porque esta tinha o dever acrescido de serviço público. Referiu que, na medida em que a TAP tinha aquela configuração e aquele perfil, sugeria que desenvolvessem algo de paralelo para adornar e completar a iniciativa da Câmara e deu alguns exemplos do que tinham que rever para aliciar um privado. Acrescentou que, com a SATA a situação era diferente e

Ata n. ₹ 1 Página 6 de 21



tudo o que já se tinha dito ali vinha, paulatinamente pela negativa, a acontecer, só faltava a Graciosa ter voos diretos para São Miguel e o Conselho de Ilha, ao abordar a questão da TAP, não podia deixar de abordar o transporte no seu todo. Relembrou, ainda, que existiam outras companhias áreas, como era o caso da Delta que voava para São Miguel e que, se calhar, poderiam incentivar esta a voar para a Terceira. Mencionou que, não podiam deixar de fazer sentir ao Governo Regional que a Terceira também tinha uma centralidade própria e que não estava dependente de reencaminhamentos ou de produtos turísticos que iniciavam em São Miguel e depois esbarravam em faltas de lugares da SATA Regional. Disse que, quando se falava que a SATA ou a TAP tinha aumentado X lugares na Terceira, isso na realidade nunca acontecia e ao longo do ano, se monitorizassem isso, quando começavam as alterações, que eles próprios impunham, por divergência do mercado e quando começavam as operações em codeshare em que a SATA pedia à TAP para fazer o voo e vice-versa, os lugares sumiam-se e aquela era uma questão que os terceirenses tinham que reivindicar, de forma que as companhias também percebessem que poderiam ter vantagens com isso. Referiu que, a população local não poderia perder o direito de a SATA lhe prestar o serviço que tinha de prestar e, naquele momento, não prestava nem às escalas regionais, nem às nacionais. Disse que, havia a intenção da TAP comprar a SATA e se havia a necessidade de capitalizar e tornar mais operacional a mesma, que fosse também para manter algo que era preciso, isto é, o serviço público a

O Deputado Luís Rendeiro iniciou a sua intervenção dizendo que não concordava com tudo o que havia sido dito, por parte do Sr. Presidente da Câmara de Comércio, relativamente às questões mais abrangentes dos transportes na Terceira, pois se por um lado achava bem que não se fizesse de todos os temas da Terceira, sobretudo no Conselho de Ilha, um fórum de debate político-partidário, por outro lado também não podiam fazer de conta que havia bloqueios, a que a Terceira era sujeita, e preocupações, daquele Conselho de Ilha, que eram políticos e que tinham que ser tratados. Acrescentou que, se era necessário avançar com propostas, que se avançasse e deu alguns exemplos. Relembrou que, algumas soluções poderiam passar pela empresa pública açoriana e questionou se não era suposto falar disso porque era debate político, tal como tinham tido reunião com o Governo Regional que, depois,

Ata n.º 1 Página 7 de 21

estava tudo bem, bem como as Jornadas Parlamentares do PS, que também estava tudo bem, mas não havia ali nenhum deputado do PS. Disse que, os outros é que faziam debate político-partidário, quando apontavam que as coisas estavam mal, mas alguém tinha de o fazer, porque era na política que elas se decidiam. Acrescentou que, havia outra questão que era incontornável na Terceira, nas suas acessibilidades, isto é, a aerogare civil das Lajes que era propriedade do Governo Regional, mas em Ponta Delgada tinham uma multinacional que nada tinha que ver com bairrismo, mas sim com capital. Concluiu fazendo referência ao estranho caso Delta, ou seja, relembrou que os diplomatas e os ex-diplomatas americanos não diziam nada por acaso e não se distraiam e só se desdiziam em circunstâncias muito especiais, mas tinham tido um exembaixador que tinha escrito uma coisa e, depois, tinha vindo desdizer aquilo que tinha posto por escrito e o que era facto era que, entre Portugal e os Estados Unidos, quer na política, quer na diplomacia, quer na economia, a única coisa que Portugal tinha era a Base das Lajes, pelo que lhe fazia confusão que nunca ninguém tivesse conseguido que a Delta voasse para as Lajes, uma vez que fosse.----O Conselheiro Alamo Meneses usou da palavra e disse que o que interessava era serem criadas condições de acessibilidade à Ilha Terceira, que permitisse o crescimento sustentado do turismo da mesma e essa é que deveria ser a preocupação em cima da Mesa, pois para o bem público a companhia que trazia os passageiros não era propriamente a questão central, o que era preciso era que eles chegassem e que chegassem nas condições que fossem competitivas e sustentáveis. De seguida, fez referência à evolução do número de passageiros, nos diversos aeroportos dos Açores, ou seja, aos números publicados recentemente, até trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, e informou que tinha havido, no geral, um crescimento nos Açores, mas este não era uniforme em todas as ilhas. Mencionou os números da Terceira e de São Miguel e disse que aqueles dois aeroportos dominavam, claramente, o número de passageiros. Acrescentou que, aquele crescimento não podia ser feito e sustentado à custa de passageiros de obrigação, isto é, a questão essencial não era obrigar ninguém a vir à Terceira, ma sim a partir desta, gerar acessibilidades que fossem competitivas no sentido de que quem quisesse ir para um lugar conseguir, com vantagem, passar pela ilha Terceira a caminho deste. Mencionou que, as pessoas deviam ter as ligações o mais diretas possível e com a maior eficiência e eficácia e era isso que tinham que

Ata n.º 1 Página 8 de 21



discutir/resolver. Esclareceu que, o ponto em discussão, tinha sido abordado aquando da existência de incerteza se no verão seguinte seria retomado, mas como tinha passado o tempo, estavam a debater o assunto numa altura em que a questão inicial já era um pouco irrelevante, porque a história tinha seguido o seu curso. Concluiu dizendo que, independentemente da questão inicial e porque aqueles dois pontos acabavam por ser um ponto só, achava que a luta tinha que ser as acessibilidades, diversidades de acessibilidades e eficiência no transporte aéreo. Disse, ainda, que o voo de pernoita era fundamental, não para os residentes, mas para quem queria vir à O Senhor Presidente da Mesa, informou que o primeiro Conselho de Ilha, após a receção do ofício da Câmara de Angra sobre o assunto em causa, era aquele. -----O Conselheiro Rodrigo Rodrigues usou da palavra para esclarecer o Deputado Luís Rendeiro, isto é, relembrou que até havia dito que políticos eram todos e era óbvio que havia decisões que eram políticas e era óbvio que o transporte aéreo a nível mundial, principalmente o que tinha que ver com fluxos turísticos, era subsidiado, embora a lei dissesse que não podia e, por detrás disso, havia uma decisão política. Disse que, era do Conselho de Ilha que deveriam sair alguns comunicados muito incisivos, algumas ideias muito concretas e algumas propostas, também elas, mais concretas, no intuito de se conseguir passar a mensagem, a quem de direito, de que naquele órgão se fazia algum trabalho de casa no sentido de se apresentar coisas concretas. Informou que, aquela era a visão da Câmara do Comércio e era aquilo que tinha dito há pouco, concordando ou não com outras visões, todas eram respeitadas e aceites. Concluiu dizendo que, a sua intervenção tinha sido no sentido de olharem para o assunto de uma forma mais concisa, do ponto de vista daquilo que se pretendia. -----O Conselheiro Pedro Pinto interveio e disse achar relevante a companhia aérea que trazia os passageiros à ilha Terceira, a partir do momento em que eram donos de uma e a partir do momento em que havia dois estados, que tinham um acordo de cooperação entre si por causa de uma infraestrutura militar e, à conta disso, havia uma companhia aérea de um desses estados que la prestar um serviço aéreo a um território

Ata n.^a 1 Página 9 de 21

desse outro país, isto é, era relevante a partir do momento em que a referida

companhia aérea estrangeira só voava para São Miguel. Acrescentou que, não se

tratava de bairrismo, mas sim de compensações, pois a Delta só tinha começado a voar

para São Miguel, devido à existência da Base das Lajes, pelo que achava legítimo a Terceira merecer uma parte da referida compensação. Referiu que, a Terceira não ser compensada e achar que não devia emitir opinião sobre o assunto, era um erro, por isso discordava do Sr. Presidente da Câmara de Angra naquele aspeto. Relativamente ao Sr. Presidente da Câmara do Comércio, disse que já se tinha habituado a ouvi-lo e, invariavelmente, este fazia uma certa apologia do antipolítico, mas, em simultâneo, também reconhecia que a política era necessária e acabavam por ser todos políticos. Acrescentou que, naquele Conselho estavam a exercer uma atividade política, estavam a debater os problemas da sociedade e a tentar encontrar soluções, por isso discordava e ficava incomodado com a posição de estar sempre abominando os políticos, porque bem ou mal, feliz ou infelizmente, dependiam deles. ----------O Conselheiro Paulo Luís usou da palavra e disse concordar que os voos tivessem um propósito de turismo e de impacto económico, mas eram ilhéus e tinham direito a ter acessibilidade àquilo que não existia na respetiva ilha, com o máximo de brevidade. Disse que, era óbvio que todos concordavam que a pernoita do voo TAP era benéfica para a ilha Terceira, mesmo esta sendo privada, mas não fazendo aqueles casos especiais, ficavam dependentes de uma única empresa, que era propriedade de todos. Quanto à obrigatoriedade dos voos, disse que, até ao dia em que a Graciosa, São Jorge ou as Flores tivessem uma pista grande para fazer voo direto para Lisboa, iam ter a obrigatoriedade de passar sempre numa outra escala. Relativamente à eficácia das escalas, mencionadas pelo Sr. Presidente, questionou quem a fazia e, simultaneamente respondeu que era a SATA, sendo que esta eficácia tinha que ser posta em causa por não ser homogénea. Concluiu dizendo que, em relação a marcas, aquele Conselho de Ilha era da Terceira e que a sua marca era a Terceira, por isso, era a marca que tinham que defender. ----O Conselheiro Rodrigo Rodrigues usou da palavra para esclarecer, ao Conselheiro Pedro Pinto, que era totalmente falso que abominava, e o dizia publicamente, os políticos. Posto isso, disse que gostava que o Conselheiro Pedro Pinto lhe mostrasse alguma declaração sua em que tivesse abominado os políticos. Disse que, tinha pena que as suas intervenções incomodassem o referido Conselheiro, mas não estava ali para satisfazer nenhum partido político em especial, mas dizer, no Conselho de Ilha, que abominava os políticos constantemente nas suas intervenções públicas e era por

Ata n. ≥ 1 Página 10 de 21



isso que ficava incomodado, era falso. Concluiu relembrando que, tinha tido o cuidado de dizer que o que não gostava era que a discussão fosse demasiado partidária e não política.

O Conselheiro Tibério Dinis interveio e disse que, a sustentabilidade daquilo que

tinham era uma das suas preocupações, isto é, atualmente tinham um conjunto de voos no Inverno IATA e a sua preocupação era saber quais as taxas de ocupação que tinham e como garantiam isso. Disse que, concordava que deveriam ser exigentes com todas as companhias aéreas, tal como com a aerogare civil e com a sua gestão, mas tinham que, também, olhar para a oferta que a Ilha atualmente disponibilizava, ter a noção se esta estava a ter as devidas taxas de ocupação e precaver o futuro. Relativamente ao voo da TAP, disse que concordava com o que o Sr. Presidente da Câmara do Comércio tinha dito, ou seja, que era um voo estruturante em termos de movimento turístico, sendo que era preciso haver estabilidade, saber a tempo e horas quando iam ter os voos e não estar, a cada verão/inverno IATA, sempre a alterar, dando como exemplo a questão de Oakland que era sempre uma incógnita. Acrescentou que, concordava com a sugestão de chamar alguém da SATA para estar presente naquele órgão, mas deveriam, também, olhar para os números daquilo que se passava atualmente, de forma a se perceber se estavam a fazer o trabalho de casa e se estavam a ter a capacidade de atrair.-----O Conselheiro Álamo Meneses usou da palavra e disse que a preocupação de todos tinha que ser a sustentabilidade e, em particular, a questão da diversidade das ligações e da possibilidade que a ilha tinha que ter de sustentar um investimento que era cada vez maior na área turística e que, obviamente investir em hotéis, alojamento local, etc., ligado ao turismo, estava sempre dependente daquilo que estava a montante, ou seja, o transporte. Relativamente às questões de evacuação médica, disse que estas tinham que ser feitas por meios próprios e específicos e nos horários próprios, porque era para isso que pagavam impostos e era para isso que tinham um sistema de saúde. -O Conselheiro João Santos interveio e disse que, não podiam entrar naquela equação nem com o C-295, nem com o Falcon da Força Aérea, pelo que punha a hipótese de, eventualmente, haver transferências entre unidades hospitalares, que era diferente de emergências, utilizando as carreiras regulares, apenas com a diferença de que ao invés da pessoa ir sentada, ia de cadeira de rodas ou de maca, mas eram quase transferências pré-programadas. Acrescentou que, não entrassem com a questão do C-295 e do Falcon, que eram para evacuações aeromédicas ou para transferências entre unidades hospitalares de urgência, porque aquele serviço tinha que continuar a ser assegurado mesmo que a TAP ou a SATA tivessem dois voos diários para Lisboa. ------O Conselheiro Luís Brasil interveio e disse que, indo de encontro ao que o Sr. Presidente da Câmara de Comércio tinha dito e muito bem, proposta concretas e medidas para se tentar melhorar e ter mais diversidade de voos diretos de e para fora da região, propunha ao Conselho que se enviasse um ofício, com uma recomendação ou solicitação, ao Governo Regional para este reavaliar, como proprietário da parte civil do Aeroporto das Lajes, todos os custos que estavam imputados à TAP e, eventualmente outras companhias, para facilitar um processo de decisão destas em utilizar mais o Aeroporto das Lajes, como plataforma e para ficar um avião a pernoitar. O Deputado Alonso Miguel usou da palavra e disse que, relativamente à importância de colocar aqueles aspetos ao nível político, e essa importância reforçava-se com o facto de no passado se ter perdido alguma centralidade da Terceira e alguma ligação e acessibilidade à mesma, quando, por exemplo em dois e nove a SATA Air Açores decidiu centralizar toda a sua frota em São Miguel e, nessa altura, o CDS tinha apresentado uma proposta para que, pelo menos uma aeronave ficasse a pernoitar na Terceira, tendo a mesma sido chumbada pelo PS, pelo que aquela tinha sido uma decisão política. Posto isso, disse que naquele fórum ou em outro qualquer, colocar as questões num aspeto político era da maior importância. Em relação ao ponto em causa, disse haver um aspeto que lhe parecia importante, isto é, se o avião já estivesse na ilha, dificilmente havia um cancelamento. Relativamente aos números de evolução na Terceira, mencionados pelo Conselheiro Álamo Meneses, disse que era verdade que podiam olhar para eles como sendo satisfatórios, mas também era verdade que se tivessem uma ligação com a Delta e não tivessem perdido a ligação com Madrid, eles seriam muito melhores, por isso aquela era uma questão de perspetiva.-----O Senhor Presidente da Mesa, informou que a Mesa iria reunir, após aquela sessão, emitir um comunicado e envia-lo a todos os membros do Conselho para

4.CARGAS MARÍTIMAS – PREÇOS PRATICADOS NO PORTO DA PRAIA DA VITÓRIA. -----

Ata n.º 1 Página 12 de 21

P

O Conselheiro José António Azevedo apresentou o documento. -----

O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que, no Porto da Praia tinham dois problemas distintos, um tinha que ver com a Portos dos Açores, a administração portuária e outro com a OPERTerceira e eram esses dois problemas que estavam em jogo. Acrescentou que, a montante dos referidos problemas existiam outras coisas que até já as tinham discutido ali muitas vezes e deu como exemplo o PREIT, HUB, etc. e, com isso, voltavam às discussões políticas. Relembrou que, na sequência de uma deliberação daquele Conselho de Ilha, aprovada por unanimidade, que visava várias questões do Porto da Praia, a primeira coisa que tinha acontecido tinha sido o anúncio de investimentos noutros portos da Região e na Terceira não. Acrescentou que, esbarravam sempre na mesma questão e esta era incontornável, havendo naquele momento um conjunto de questões que só estavam dependentes da vontade e das decisões políticas. Posto isso, questionou a quem faziam aquelas deliberações, pois era certo que deveriam ser exigentes, mas exigentes com o Governo Regional, com o Governo da República, com as oposições e com a maioria. Disse que, as oposições bebiam do Conselho de Ilha para atender às necessidades das pessoas, apresentar recomendações e propostas, e questionou sobre a existência dos outros interlocutores, pois todos sabiam que estava no regime jurídico dos conselhos de ilha, a representação do Governo Regional, mas na Terceira ao invés de terem um membro do Governo Regional presente nas reuniões do Conselho de Ilha, não o tinham. Disse, ainda, que depois tinham a maioria, sistematicamente a branquear algumas coisas que se passavam e ao invés de serem os representantes da população junto do Governo que apoiava, era o contrário. Posto isso, disse que fazia justiça às Câmaras Municipais e às Assembleias Municipais, onde muitas decisões vinham sendo tomadas com base no interesse da terra e até estava a resultar, mas depois havia a parte do Governo e da Assembleia Regional que não estava a funcionar. -----O Conselheiro António Inocêncio interveio e disse que, como representante da CGTP e como não tinha a escola política, ia transcrever algumas notas:-----"A redução dos preços das cargas marítimas beneficiará as pessoas e as empresas na ilha. Ao pensar em reduzir os custos, uma empresa precisa de planear para que, realmente surjam efeitos positivos. Sendo bem aplicado o planeamento, pode-se aumentar/recuperar a vantagem competitiva da empresa. É muito importante que os

Ata n.₹ 1 Página 13 de 21

serviços mantenham a sua consequência negativa e os trabalhadores desta empresa possam beneficiar, laboralmente, desta situação. A diminuição de custos, com as cargas marítimas, pode contribuir para o aumento dos salários. O salário mensal de um trabalhador açoriano é, em média, o mais baixo, comparativo com qualquer outro trabalhador português. Para a CGTP, a formação tem que ser uma prioridade e não uma mera opção, não basta dizer que os recursos humanos são essenciais, é preciso dotá-los de meios e conhecimentos. É preciso alterar o paradigma, a formação profissional não pode ser vista como um custo, mas sim como um investimento. No turismo, no ano de dois mil e dezassete, houve um aumento de cinquenta milhões nessa área, turismo e hotelaria. Houve aumentos para os trabalhadores? Zero. Houve sim uma carga horária em que não havia contrapartidas dessa mesma carga horária, ou seja, o patronato conseguiu cinquenta milhões e desses cinquenta milhões não teve a coragem de aumentar um euro ou dois euros ao trabalhador." -------O Conselheiro Miguel Sousa usou da palavra para esclarecer qual a função do representante do Governo Regional naquele Conselho de Ilha. ------O Conselheiro Rodrigo Rodrigues interveio e disse que, também tinha a dúvida do que é que eram os custos imputados pela Portos dos Açores; pelo Governo Regional, através dos impostos e quais eram realmente os custos operacionais da logística da Terceira, pela OPERTerceira. Disse que, aquela situação vinha de encontro a outra questão que era uma incógnita, isto é, o fato da taxa de combustíveis, em todas as viagens, superar o próprio gasto do combustível. Acrescentou que, achava que o Conselho de Ilha deveria pedir ao Governo Regional e à Portos dos Açores para esclarecer a que se referiam aqueles custos, uma vez que os impostos tinham que ser conhecidos, tinham que ter um valor que fosse fixo ou percentual e deviam ser apresentados com clareza. De seguida, esclareceu o Conselheiro representante da CGTP, dizendo que os cinquenta milhões, referidos como sendo o aumento de proveitos de dois mil e dezassete, diziam respeito ao aumento existente das receitas totais do turismo nos Açores, desde dois mil e catorze até dois mil e dezoito. Esclareceu, ainda, que se tratava do aumento de receitas e não de aumento de lucros e que no mesmo período em análise, dois mil e catorze a dois mil e dezoito, os custos com pessoal, das mesmas unidades estudadas, tinha crescido sessenta e cinco por cento. Relativamente à formação, disse que a Câmara do Comércio estava muito à

Ata n. ₹ 1 Página 14 de 21



vontade porque vinha sendo a entidade que mais batalhava pela formação e tinha uma oferta formativa bastante intensificada para os empresários, associados ou não da mesma. Disse, ainda, que lamentavelmente em dois mil e dezoito não tinham tido a facilidade de apoios por parte do PO Açores 2020, porque não tinham sido abertos avisos atempadamente para que pudessem, inclusivamente, duplicar a formação, sendo que, naquele momento já tinham feito o pedido, oficialmente, para que houvesse mais avisos, ficando as entidades certificadas para fazer formação, aptas para tal, pois tinham identificadas algumas lacunas, nomeadamente no turismo e na restauração.

O Conselheiro Pedro Pinto interveio e disse que, no seu entender, o Porto da Praia era um ativo estratégico da ilha, dado ser o único porto comercial e dada a sua dimensão à escala regional, por isso, era também um ativo estratégico regional, só que estava subaproveitado. Disse que, aquela questão deveria ser um motivo de grande preocupação, porque aquela infraestrutura tinha um custo corrente e só podia ser rentabilizado se tivesse movimento. Acrescentou que, não havia movimento porque tinham um serviço de transporte de cargas marítimas que estava enviesado e que fazia com que todo o fluxo de carga marítima, entre o continente e os Açores, parasse em São Miguel e, depois, fosse a cada uma das restantes ilhas, parando de novo em São Miguel e seguindo para Lisboa. Disse que, o Porto da Praia não era mais do que um ponto de paragem no meio de um circuito e não um destino final ou de entrada para os Açores. Referiu que, tudo aquilo, mais os preços praticados aos operadores, estrangulava a atividade económica na ilha, por isso era motivo de preocupação e deviam prenunciar-se sobre o mesmo. Continuou a sua intervenção dizendo que, analisando apenas a tarifa da Portos dos Açores, mesmo com a redução do PREIT, esta não era competitiva em relação a outros portos, nomeadamente o porto de São Miguel e ali é que estava a questão, ou seja, à partida os preços praticados na ilha Terceira eram mais elevados, o que fazia com que a infraestrutura fosse mais cara. Concluiu dizendo que, a nível das acessibilidades, todas elas, a ilha Terceira não era competitiva, por isso, o Conselho de Ilha deveria pronunciar-se sobre o assunto. -----O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse achar que já tinham conseguido concluído e concordar que, no que dizia respeito aos transportes e acessibilidades, havia ali responsabilidades e a Terceira estava bloqueada, por decreto, por resolução e

Ata n. 1 Página 15 de 21

por portaria, de tal forma que esses nem eram, propositadamente, publicados para os terceirenses não saberem. Posto isso, questionou se iam ou não ser consequentes e aquele era o desafio que se fazia a quem tinha poder de votar, de escrever as deliberações do Conselho de Ilha e de fazer as agendas. Relativamente aos preços dos combustíveis, informou que no dia anterior, na Comissão Parlamentar da Economia, o PSD tinha desmascarado um conjunto de ilegalidades que o Governo Regional estava a cumprir nos preços dos combustíveis, não cumprindo as suas próprias resoluções e deu alguns exemplos dessas ilegalidades. De seguida, questionou se iam assumir o referido bloqueio ou se iam continuar a escrever umas coisas e, depois, remeter para o parecer do ano anterior.-----O Conselheiro José António Azevedo interveio e disse que, de tudo o que havia sido discutido, a conclusão que podia tirar era que o próprio Conselho de Ilha não tinha meios para fazer o trabalho necessário, quer na parte do Porto, quer na parte dos transportes aéreos. Posto isso, solicitou que fosse nomeada/criada uma estrutura que avaliasse os dados que eram impostos aos empresários, em termos de custos, para que, posteriormente pudessem reunir com a Secretária dos Transportes e analisar a O Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos conselheiros a proposta deixada pelo Conselheiro José António Azevedo. ------O Deputado Luís Rendeiro interveio para propor que, por requerimento, pedido ou solicitação ao Governo Regional, que entregasse as fórmulas de calculo de tudo o que era cobrado no Porto da Praia da Vitória. ------O Senhor Presidente da Mesa relembrou que havia uma parte que era pública, mas havia também a parte das empresas privadas, que tinham as suas próprias taxas e não competia ao Governo responder acerca das mesmas. ------O Conselheiro Álamo Meneses usou da palavra e informou que tinha em sua posse uma fatura de transporte e o que ali estava, nada tinha que ver com o Governo Regional, nem com decretos ou portarias, mas sim com algo bem mais complexo. Disse que, o assunto tinha alguma coisa a ver com o Governo, mas na sua parte mais pequena, não na outra, por isso, não havia mal nenhum que o Conselho fala-se com alguém que percebesse do assunto e informou que secundava da proposta já apresentada.----

Ata n.^a 1 Página 16 de 21



O Senhor Presidente da Mesa interveio e disse concordar que se deveria nomear uma comissão para efetuar aquele trabalho e trouxessem uma resposta para, posteriormente debaterem o assunto.-----O Deputado Luís Rendeiro interveio e disse que, sabendo que uma coisa não invalidava a outra, porque não fazer ambas. ------O Conselheiro José António Azevedo usou da palavra e disse que fazia algum sentido a solicitação da informação sobre as taxas, mas tinham que ter permissão para consultar dados das próprias empresas. ------O Conselheiro Valter Peres interveio e disse que, na sua opinião, aquelas taxas não eram secretas, um técnico oficial de contas saberia do que se tratava, pelo que bastava que se pedisse uma análise das mesmas.-----O Conselheiro Rodrigo Rodrigues usou da palavra e disse que a Câmara do Comércio estava disponível para fazer parte do grupo a criar. Acrescentou que, nem sempre se perguntava e a resposta era clara, já o haviam tentado, tentariam novamente e se fossem com a força de ser um grupo que saía do Conselho de Ilha, teria outro peso do que ser a Câmara do Comércio por si só. -----O Conselheiro Luís Brasil interveio e disse que estavam a fugir um pouco, em termos estratégicos, ao resultado que se pretendia para atingir o objetivo, ou seja, disse que a primeira coisa a ser feita, e poderia ser a Mesa a fazê-lo, era solicitar ao Governo Regional toda a legislação vigente regional, aplicada nos portos dos Açores, que definia o que eram as taxas e até que valores eram legitimamente cobradas. Posto isso, juntavam aquele instrumento ao grupo de trabalho e este confrontava-o com a informação que os associados da Câmara do Comércio pudessem transferir para o grupo e ver, até que ponto, havia legitimidade na aplicação das taxas e dos montantes. Continuou dizendo que, para além dessa legitimidade teriam que ver se, ao abrigo das diretivas comunitárias, não estavam, em algumas situações de aplicação das taxas, em situação de ilegalidade perante a duplicação de impostos ou a duplicação de taxas. ----O Senhor Presidente da Mesa interveio e disse achar bem a proposta do Deputado Luís Rendeiro, da Mesa fazer o pedido ao Governo Regional e depois entregar a documentação à comissão. Posto isso, colocou à votação a proposta da comissão ser composta pelos Conselheiros Rodrigo Rodrigues, José António Azevedo e Luís Brasil.----Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.-----

5.OUTROS ASSUNTOS.-----O Conselheiro Paulo Luís apresentou dois temas: ------1º - Disse que reconhecia que havia diferenciação entre evacuações e transportes. De seguida, deu o exemplo de um caso real em que uma pessoa teve que esperar uma semana por um voo SATA, para vir de Lisboa para a Terceira, porque a TAP não voava casos especiais e que o voo da pernoita era muito bom, mas a Terceira precisava de resposta para as pessoas que viviam na mesma. -----2º - Relativamente à última sessão do Conselho de Ilha, disse que a condução desta não deveria ter sido da forma que foi, pois tinham-se sentido convidados no Conselho de Ilha. Acrescentou que, a propósito da zona económica exclusiva para o Porto da Praia, tinha sido dito, pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que de dois mil e catorze a dois mil e dezasseis tinha havido crescimento económico da ilha Terceira com a saída dos americanos, mas já tinha procurado esses dados e não os encontrava em lado nenhum. Relativamente às intervenções efetuadas, disse que uma parte do Conselho de Ilha não tinha interpolado nem contribuído para que houvesse o mais cabal esclarecimento sobre os problemas da ilha Terceira. ------O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que era muito importante que o Conselho de Ilha da Terceira tivesse reuniões com o Governo, sendo que estas deveriam ser mais regulares e frequentes. Disse que, nunca deveriam ter permitido uma subalternização do Conselho de Ilha perante a agenda do Governo e sendo convocado para uma reunião do Conselho de Ilha, no centro da Mesa deste, a gerir a reunião e os trabalhos, deveria estar o Presidente do mesmo, o que não tinha acontecido. Disse achar natural que houvesse reuniões, em particular, dos presidentes de câmara e também, por que não, da Mesa do Conselho de Ilha com o Governo Regional, mas também não havia mal que os restantes convocados para a reunião tivessem sido informados das decisões tomadas. Acrescentou que, o que havia sido dito pelo Vice-Presidente do Governo, relativamente ao crescimento económico da Terceira, após o down sizing da Base, para si, continuava a ser uma aberração,

Ata n.º 1 Página 18 de 21

sobretudo porque ia contra tudo o que a Câmara da Praia tinha dito durante os

últimos anos, pelo que, das duas uma, ou a Câmara da Praia se tinha engana nos

dados, ou o Vice-Presidente do Governo tinha mentido ao Conselho de Ilha. Por fim,



disse ter estranhado que o processo das multas do excesso de produção do leite, que era gravíssimo na economia da Terceira, não tivesse sido abordado na referida reunião.

O Senhor Presidente da Mesa interveio e disse que sabiam que tinha sido a primeira vez que o Governo tinha reunido com o Conselho de Ilha da Terceira, por isso, não sabiam como funcionava aquele tipo de reunião, mas quem convocava o Conselho de Ilha era sempre o seu presidente e tinha sido isso que tinha acontecido. Acrescentou que, os trabalhos tinham decorrido da mesma forma nas outras ilhas, tendo em conta as orientações que lhe tinham sido transmitidas, isto é, o Conselho de Ilha reunia com o Governo, estava presente para questionar o Governo e este para responder, sendo que quem geria os trabalhos era o Presidente do Governo. -----O Conselheiro Álamo Meneses usou da palavra para informar que não estava refletido na legislação que enquadrava o Conselho de Ilha, qualquer visita estatutária e estas tinham passado a acontecer porque se tinha chegado à conclusão que era mais eficaz e mais cómodo reunir com o Conselho de Ilha do que com as várias entidades em separado. Acrescentou que, as referidas reuniões não eram reuniões do Conselho de Ilha, e aquele era o equívoco presente, ou seja, no seu entendimento e salvo alguma alteração, a reunião que tinha acontecido tinha sido o Governo Regional que tinha convidado os membros do Conselho de Ilha a lá estarem, pelo que esperava que não houvesse nenhuma ata daquela reunião, porque esta não era do Conselho de Ilha. De seguida, informou que, enquanto presidentes de Câmara, tinham sido convidados a reunir com o Presidente do Governo para discutirem os assuntos que, do ponto de vista de cada um, eram importantes para os respetivos municípios e para a ilha, pelo que, tinha sido isso que tinham feito e tinham-no feito fora do contexto do Conselho de Ilha. Disse, ainda, que era óbvio que acabado de reunir com o Presidente do Governo, a última coisa lhe faltava era chegar ao Conselho de Ilha e monopolizar o tempo dos conselheiros porque era a pessoa que falava com o Governo, isto é, tinha tido a sua oportunidade de falar com o Presidente do Governo e os conselheiros fizessem o favor de falar no tempo que restava, sendo que, tendo intenção disso, teria tido oportunidade de falar noutra altura, pois tinha uma acessibilidade que outras pessoas não tinham, razão pela qual, não tinha achado próprio estar a falar. ------

O Conselheiro Tibério Dinis interveio e disse que, a partir do momento em que tinha havido uma reunião, onde tinha colocado as questões que achava pertinentes, com o Presidente do Governo, não la colocar as mesmas questões meia hora depois, só para ser à frente dos conselheiros e, certamente, todos os conselheiros, presentes na reunião em causa, tinham tido a oportunidade de colocar as suas questões. Acrescentou que, o presidente da Câmara Municipal prestava contas a esta, à sua Assembleia Municipal e aos seus cidadãos e era isso que tinha feito. Relativamente à questão da zona económica especial, disse que o que tinha ouvido do Vice-presidente do Governo, não tinha sido propriamente aquilo que o Deputado Luís Rendeiro tinha transmitido, isto é, o que tinha ouvido era que, para terem uma zona económica especial, era preciso ter um conjunto de critérios, sendo que um deles passava por não haver uma quebra relativamente a uma situação de recessão económica, em relação ao PIB da ilha Terceira. -----O Conselheiro Rodrigo Rodrigues usou da palavra e disse que, relativamente à reunião com o Governo, também não tinha gostado da forma, mas agora estavam esclarecidos e propôs que a acontecer de novo na ilha Terceira, se enviasse um convite aos conselheiros, ficando a cargo destes o aceitar ou não o mesmo. De seguida, e em relação ao turismo, informou que a Câmara do Comércio estava muito preocupada com a operação dos Estados Unidos, que só estava contratada até março, por falta de contratação por parte da Associação de Turismo Açores. ------O Conselheiro Pedro Pinto interveio e disse que, em relação à reunião com o Governo, também se havia prenunciado sobre a situação e a estranheza perante a mesma, sendo que no final da referida reunião, tinham-se esclarecido as coisas. -------A Conselheira Marília Vargas usou da palavra e disse que, ainda sobre a reunião com o Governo, a grande questão era se tinha sido uma reunião do Conselho de Ilha ou não, porque não sendo, aceitavam a maneira como tinha sido, mas sendo, gostaria de mostrar o seu desagrado, pois não estava à espera que os trabalhos fossem dirigidos daquela forma. Relativamente à primeira parte dos trabalhos, isto é, a exposição de cada secretário sobre a sua área, disse ter achado um pouco despropositado pois não se restringiram aos problemas da Terceira, apesar de benéfico em alguns casos. ------O Deputado Luís Rendeiro usou da palavra e disse que, estavam entendidos quanto ao problema de convocatória. De seguida, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Mesa, e disse

Ata n. ₹ 1 Página 20 de 21

que a reunião em causa tinha corrido muito mal e enumerou o que o levava a dizer isso. Disse, ainda, achar que ficava mal haver acusações ao conselheiro crítico, quando este também falava em nome dos outros conselheiros, quando estes também não estavam a ser informados, não estavam a ser respeitados e quando também gostariam de ter acesso a algumas informações. De seguida, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, dizendo perceber o potencial que o Terceira Tech tinha, mas no que dizia respeito ao Air Center, ou iam abrir os olhos ou iam continuar a fingir, pois este la para Santa Maria. Disse achar que, era cada vez mais importante discutir-se o que tinha que ser feito, pois caso contrário as coisas não andavam e, na hora da verdade, quem estava no poder e quem estava mandatado para governar, não podia reagir com brandura. Acrescentou que, naquele momento também se estava a fazer política a sério, se assumiam riscos e consequências, pelo que era disso que se tratava e era também aquilo que, como representante politico. gostava que o Conselho de Ilha e os seus restantes participantes pensassem e que equacionassem o porquê de ali estarem. O Conselheiro Paulo Luís informou a Mesa de que, como a reunião em discussão não tinha sido do Conselho de Ilha, não queria receber a senha de presença.------

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Mesa** agradeceu, a todos, a colaboração. De seguida deu por encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa do Conselho de Ilha da Terceira.

O Presidente da Mesa

Paulo Manuel Ávila Messias